



REQUERIMENTO Nº

, DE 2023

(Do Sr. RAFAEL BRITO)

Requer envio de ofício à Braskem solicitando esclarecimentos sobre o pagamento de impostos referentes aos terrenos adquiridos.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado à Braskem, requerimento solicitando esclarecimentos sobre o pagamento de impostos municipais pela empresa Braskem S/A.

Considerando que a Lei Municipal de nº 6.900/2019 não concede benefícios fiscais em relação ao Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis (ITBI), bem como atribui a responsabilidade de pagamento do tributo ao responsável pela indenização às vítimas das áreas afetadas, indaga-se:

Diante desse cenário, solicito as seguintes informações:

- 1)** Quanto já foi pago de ITBI pela Braskem a Prefeitura de Maceió em razão da transferência da titularidade dos imóveis das áreas de risco?

- 2)** Qual a expectativa de pagamento futuro em razão de indenizações ainda em curso?

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento se fundamenta na necessidade imperativa de esclarecimentos e transparência sobre os acontecimentos que impactaram e continuam impactando a vida dos maceioenses. Há cerca de 5 anos, milhares de cidadãos da capital estão tendo que deixar de maneira forçada suas casas, encerrar suas atividades comerciais e abrir mão de parte de sua história.

Nos instrumentos de acordo que a Braskem S/A, responsável pela



LexEdit

* C D 2 3 0 5 9 8 0 8 7 0 *



atividade de exploração de sal-gema que está provocando o afundamento do solo de Maceió, vem celebrando com as vítimas para fins de indenização consta cláusula de transferência de posse e titularidade dos imóveis localizados nas áreas afetadas, como requisito essencial para desocupação, em outras palavras, a empresa está comprando o imóvel da vítima.

Nesse sentido, o Código Tributário Municipal de Maceió, instituído pela Lei nº 4.486/1996 determina a incidência do ITBI nas mutações patrimoniais de “compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes”, nos termos do art. 29, I, dentre outros fatos geradores da obrigação de pagar o tributo.

Ademais, a Lei Municipal de nº 6.900/2019 que concede benefícios fiscais em razão dos fatos decorrentes do afundamento do solo não isenta o pagamento do ITBI, bem como o atribui ao responsável pelo pagamento da indenização, nos termos do art. 9º e parágrafos.

Portanto, há ao menos 4 anos a Braskem S/A vêm adquirindo imóveis nas áreas de risco e segundo dados do próprio site da empresa¹ mais de 17 mil indenizações já foram pagas, logo milhares de imóveis já foram adquiridos e ensejam o pagamento do imposto que recai sobre a transmissão de bens imóveis.

Em um contexto em que os prejuizos ocasionados à população e ao município de Maceió tomaram proporções imensas, afetando uma área correspondente a 20% do território da capital², é imprescindível que seja dada transparência acerca dos recursos públicos que estão sendo pagos ao município para que a sociedade tenha ciência que está sendo feita a devida arrecadação tributária.

Ante o exposto, pondero que o assunto é pauta prioritária, razão pelo qual solicito respeitosamente o encaminhamento deste requerimento para que as questões levantadas possam ser devidamente elucidadas.

Sala de sessões, em _____ de _____ de 2023.

Deputado **RAFAEL BRITO**
MDB/AL

¹<https://www.braskem.com.br/noticia-alagoas/programa-de-compensacao-financeira-chega-a-19096-propostas-apresentadas-ate-novembro>

² <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/entenda-em-5-pontos-o-desastre-ambiental-causado-pela-braskem-em-maceio.shtml>



LexEdit
* c d 2 3 0 5 9 8 0 8 8 7 0 0 *